

## **Brasil define zoneamento para promover etanol no exterior**

*Márcio de Moraes - Gazeta Mercantil - 04/11/2008*

O governo vai lançar estudo inédito sobre zoneamento agroeconômico no Brasil para demonstrar o baixo risco que a produção de álcool combustível (etanol) representa para a produção de alimento. O zoneamento excluirá a Amazônia e Mato Grosso das áreas agricultáveis por cana, bem como mostrará em detalhes que temos 65 milhões de hectares de terras agricultáveis e subutilizadas no país, todas fora das áreas de risco, e que seriam prova de que não há competição entre produção de cana e de alimentos.

As informações são do embaixador André Amado, subsecretário geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, que anunciou ontem a realização pelo governo da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável, entre 17 e 21 de novembro, em São Paulo. Foram confirmadas 48 delegações de 33 países, de nível ministerial, inclusive dos Estados Unidos.

A idéia brasileira é que 120 países poderão produzir, com os apoios tecnológico e acadêmico que constituem a expertise nacional do setor. "O encontro não é para exportar etanol, mas uma idéia", observou o embaixador. Segundo ele, o Brasil já está confortável com o mercado interno e que as exportações dependem de gradativa ampliação de investimentos e da planta produtiva. Sem isso, acredita, não haverá disponibilidade do produto para atender ao mercado interno.

A tendência mundial é de promover políticas de biocombustíveis e absorver a produção disponível, como a brasileira. Barak Obama (democrata) é a favor de manter a sobretaxa até que a indústria e a produção do biocombustível do seu país esteja estabelecida, enquanto que John McCain (republicano) anuncia disposição para eliminar impostos sobre importações de etanol e redução de subsídios agrícolas, para promover queda no preço dos alimentos.

O objetivo da inédita conferência brasileira é esclarecer sobre a experiência bem sucedida da produção de etanol no país, a partir da década de 70, e dar legitimidade à postura nacional favorável à expansão do negócio, inclusive em parceria com outros países. Argumentos como benefícios ambientais (redução da emissão de carbono), geração de empregos (quase 1 milhão em solo brasileiro), co-produção de energia a partir da biomassa (bagaço) e até a possibilidade de se transformar em fertilizante o resíduo "sujo" da cana-de-açúcar (o vinhoto), estarão no foco central de todas as demonstrações que as autoridades governamentais e do setor privado nacional pretendem fazer durante os cinco dias do evento.

Amado informou que o acordo de cooperação assinado entre os presidentes Lula e Bush, ano passado, já gerou estudos que embasarão a implantação de usinas produtoras no Haiti, República Dominicana e El Salvador, na América Central, e se volta agora para a África, inicialmente pelo Senegal e Guiné-Bissau. Os estudos antecedem e dão subsídios a uma decisão futura sobre implantação de usinas naqueles países. Tais projetos, segundo o Itamaraty, deverão ser financiados por instituições como Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou diretamente pelo governo dos EUA.

O embaixador disse também que existe uma campanha internacional que busca denegrir a imagem da produção do etanol no Brasil, com denúncias que vinculam a produção de etanol com trabalho escravo e exploração infantil. Segundo ele, não é só porque há comprovados casos de trabalho degradante no setor que se pode generalizar a situação. Segundo ele, autoridades da área do trabalho e do governo estão atentas e atuando contra as denúncias que surgem sobre trabalho degradante. "O setor é o que mais gerou carteiras assinadas na atividade rural", acentuou.